

## **IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 16.06.2017**

“Promover a prosperidade de Macau através da educação” é o rumo a prosseguir nas LAG, assim, a par de implementar o ensino gratuito e garantir o acesso ao ensino, o Governo tem aplicado recursos no melhoramento das instalações e nos recursos humanos das escolas aderentes à rede, de forma a proporcionar aos alunos um excelente ambiente de desenvolvimento.

Aponta o “Estudo sobre o planeamento da melhoria do ambiente educativo em Macau - 2017” que há falta de espaços para a construção de escolas em Macau, são insuficientes as áreas de ocupação por aluno, são bastante apertados os espaços de ensino e há falta de espaços para actividades. Além disso, 20 por cento das escolas funcionam em pódios ou em pátios de edifícios, cujos alunos ficam assim privados de luz natural e de espaços ao ar livre para actividades, ou seja, não dispõem de condições para serem destinadas à educação convencional. O Governo tem de promover a melhoria do ambiente educacional dessas escolas.

Para honrar o compromisso, no sentido de aplicar mais recursos para melhorar o ambiente educacional das escolas, nos últimos anos, o Governo tem, de facto, vindo a aplicar grandes somas, para, através da reconstrução ou ampliação, melhorar o ambiente e as instalações das escolas que dispõem de terrenos. Contudo, o Governo não concede terrenos às escolas que lutam com falta de espaço ou funcionam em pódios de edifícios, nem as apoia na construção de novas instalações.

O Governo, em 2016, iniciou a implementação do projecto “Obra de Céu Azul”, para, num prazo de 15 a 20 anos, melhorar o ambiente educativo de 15 escolas que funcionam em pódios, mas, até à data, ainda há 11 escolas sem planos concretos; sabe-se que a falta de terrenos está a limitar o andamento do referido projecto.

Há dias, o Governo referiu que o canídromo vai mudar-se em Julho do próximo ano, e afirmou ainda que o terreno não vai ser utilizado para comércio, hotelaria, habitação, jogo, etc., e que vai haver uma auscultação pública sobre o seu destino.

O canídromo situa-se num local densamente povoado e, nas suas imediações, nos últimos anos, foram construídas muitas habitações privadas e públicas, o que leva ao aumento constante dos alunos. Espero que o Governo aproveite a mudança do canídromo para transformá-lo em instalações educativas e construir uma escola, a fim de satisfazer a insuficiência de espaço das escolas da zona Norte que funcionam em pódios, para os alunos desta zona terem melhores condições de aprendizagem e mais espaços para actividades. Mas o campo

desportivo e a piscina deste local devem ser mantidos, otimizados e abertos aos alunos e cidadãos, o que vai contribuir para responder à necessidade urgente dos habitantes desta zona de terem espaço para desporto e actividades.

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.06.2017**

Em 2010, o Governo implementou em pleno o regime da escolaridade gratuita de 15 anos, concedendo subsídios às escolas particulares integradas no sistema escolar de escolaridade gratuita. Assim, estas devem isentar os alunos do pagamento de propinas e despesas de serviços complementares, e de outros encargos relativos à inscrição, frequência e certificação. Isto é, estas escolas passaram a ser financiadas pelo Governo. Para garantir o cumprimento das normas e instruções quanto aos subsídios e financiamento por parte das escolas, e o bom uso do financiamento do sistema educativo sob o princípio de “uso das dotações afectas”, a DSEJ criou um grupo de trabalho para fiscalização. Mas não há critérios nem mecanismos claramente definidos para a concessão destes subsídios, e é necessário despacho do Chefe do Executivo, que só é conhecido por volta de Junho, para a eventual manutenção, redução ou aumento. Mas em geral é em Março e Abril que as escolas começam a recrutar alunos e professores, e a elaborar planos de actividades curriculares. Sem conhecer a situação do subsídio para o novo ano lectivo, as escolas “andam às cegas” quanto às actividades que implicam despesas, e não podem definir os planos com precisão e visão longa. Isto pode afectar a participação dos alunos nestas actividades e a sua continuidade, sendo impossível dar aos docentes uma garantia salarial relativamente segura. Por exemplo, para o novo ano lectivo, o aumento do subsídio de escolaridade gratuita vai variar entre 4600 e 9800 patacas por turma, o que equivale a apenas 0,5 e 0,7 por cento de aumento, atingindo o recorde mais baixo desde 2012, quando entrou em vigor o Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior. Assim, no novo ano lectivo, as escolas vão deparar-se com severas lacunas orçamentais, e mesmo com dificuldades em actualizar os salários dos professores em função das categorias, como previsto pela lei.

As escolas não são instituições com fins lucrativos e os docentes são profissionais para formar pessoas, e ambos visam alcançar objectivos sociais. Actualmente, as escolas integradas nesse sistema não podem cobrar tarifas aos alunos (excepto para os serviços opcionais), os seus recursos são provenientes de dotações do Governo e, quando são insuficientes, não podem alargar as fontes, como fazem as empresas comerciais, e, quando o Governo aperta as fontes, o desenvolvimento sustentável dos planos pedagógicos e de actividades é afectado, bem como o seu plano a longo prazo. Assim, proponho ao Governo que defina mecanismos, regulares e científicos, de ajustamento do subsídio de escolaridade gratuita, divulgue as formas e critérios desse ajustamento e publique, atempadamente, a calendarização da atribuição desse subsídio, para garantir o conhecimento oportuno das escolas, de modo a definirem planos pedagógicos e

de actividades adequados aos alunos, tendo em conta os recursos disponíveis, e dar cumprimento ao referido Quadro Geral, a fim de elevar a qualidade e a garantia profissional dos docentes.

O Governo atribui recursos e subsídios para apoiar o desenvolvimento das actividades educativas e dos serviços das escolas, e das instituições de serviço social, colmatando os serviços insuficientes do Governo e dando resposta às necessidades da população. Uma equipa de pessoal especialista e estável é essencial para garantir a qualidade de tais serviços. Nos últimos anos, o Governo estabeleceu o regime da carreira de especialistas e o ajustamento da forma de financiamento para estabilizar a equipa dos docentes e assistentes sociais, elevando assim a qualidade em geral da educação e dos serviços sociais. Se o Governo não atribui ou reduz os recursos, isto vai ter impacto no desenvolvimento estável e na elevação da qualidade da educação e dos serviços sociais, a par de não haver condições para contratar e reter pessoal, por via da melhoria de regalias. Espero que o Governo, no momento do ajustamento dos subsídios, aumente, adequadamente, os recursos atribuídos, para salvaguardar os salários e as regalias do pessoal, e estabilizar a respectiva equipa, para esta se dedicar a servir a sociedade.

## **IAOD da Deputada Chan Hong em 16.06.2017**

Em Macau, a dificuldade da classe sanduíche em adquirir uma habitação já se mantém há anos. O Governo tem estado atento à situação, mas não conseguiu lançar medidas eficazes de apoio. Esta classe encontra-se numa situação embaraçosa, não consegue adquirir uma habitação no mercado privado, nem pode candidatar-se à habitação pública, tendo ainda de suportar as rendas elevadíssimas. Com o aumento significativo dos preços dos produtos, se ainda há filhos para criar e idosos para cuidar, o sonho de ter uma casa é quase impossível! Ter casa e emprego é solicitação premente da generalidade dos cidadãos de Macau, por isso, há que resolver a questão da habitação, para se conseguir ter uma sociedade harmoniosa.

Em Hong Kong há um plano para a aquisição de imóveis destinado à classe sanduíche, em que se arrenda primeiro e se adquire depois, e no Interior da China há limitações à venda e também dos preços, e foi ainda reduzido o prazo dos empréstimos, para impedir o rápido aumento dos preços da habitação. O Governo de Macau adoptou recentemente uma medida "picante", para reduzir os limites do rácio dos empréstimos destinados à aquisição de habitação e a imóveis em construção por não residentes ou residentes que já têm habitação, travando, deste modo, a especulação imobiliária. No entanto, como a oferta de habitação não aumentou, a classe sanduíche continua a enfrentar as dificuldades.

O Governo não tem uma política habitacional de longo prazo, apenas adopta medidas paliativas consoante as situações que vai enfrentando, portanto, os efeitos são maus e ficam muito aquém das expectativas dos residentes. Já se passaram quase 18 anos desde o retorno à Pátria, e Macau devia ser capaz de resolver os problemas habitacionais. A construção dos Novos Aterros, a recuperação dos terrenos desaproveitados e a jurisdição numa área marítima de 85 km<sup>2</sup> podem servir para disponibilizar recursos de solos, portanto, a meu ver, há que avançar, quanto antes, com o respectivo planeamento global. Actualmente, e durante um certo período no futuro, o Governo tem e terá bastantes condições para ajustar o mercado imobiliário através do aumento da oferta de terrenos, com vista a que o público tenha oportunidade de comprar casa.

Espero que o Governo tenha a determinação de definir uma política de habitação sustentável e de longo prazo. Deve também lançar medidas eficazes para combater o aquecimento no imobiliário, por exemplo, imposto sobre fracções desocupadas, restrições à compra e aos preços das fracções, a construção de novas tipologias de fracções, e a possibilidade de arrendar primeiro e comprar depois. Em Abril, na sessão de perguntas e respostas nesta Assembleia, o Chefe do Executivo afirmou que os serviços competentes iam elaborar um estudo sobre as necessidades de habitação pública, que ia também ser considerada a construção de novas tipologias de fracções, e que os resultados iam ser

divulgados em finais de Setembro. Espero que o Governo possa dar boas notícias à população, para se resolverem os problemas de habitação da referida camada “sanduíche” da população.

## **IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.06.2017**

Com a evolução económica, o avanço social e as melhorias na saúde, o número de idosos tem aumentado, assim, Macau, gradualmente, vai ser uma sociedade envelhecida. Segundo o “Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau”, do Gabinete de Estudo das Políticas, a taxa do crescimento populacional tem sido baixa, e o envelhecimento social agravou-se. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, o ritmo projectado de envelhecimento populacional vai acelerar-se, e a distribuição de idosos será de 22,4 por cento, em 2031. É muito provável que Macau passe a ser uma cidade envelhecida, o que é difícil de reverter.

Com efeito, ao nível dos idosos, faltam ponderações sobre a concretização das políticas de cuidados, o reforço do desenvolvimento educativo, o preenchimento da vida, a realização de auto-afirmação, a garantia de saúde física e mental, e o atingir de uma “sociedade de aprendizagem permanente”.

O Instituto Politécnico de Macau (IPM) criou em 1999 a Academia do Cidadão Sénior, que permite aos cidadãos seniores terem a oportunidade de regressar ao ensino e de incentivar o seu zelo de aprendizagem. Desde a sua criação, tem sido bem aceite pelos mais idosos e, neste ano, esta Academia até foi avaliada como um “exemplo nacional de universidade para a terceira idade”. Muitos idosos que frequentam os seus cursos manifestaram que, para além da aprendizagem de conhecimentos, a velhice passou a ter mais significado.

Mas a Academia, afiliada a uma instituição de ensino superior, admite os alunos através do regime de sorteio e aceita um máximo de 480, logo, é difícil responder à necessidade de aprendizagem dos idosos em geral. Com a gravidade do problema do envelhecimento da população de Macau, alarga-se a necessidade quanto a este aspecto.

As regiões vizinhas, como a China Continental e Taiwan, mais avançadas no desenvolvimento da educação para idosos, dispõem de diversas universidades destinadas à terceira idade, cujos planos curriculares, em comparação com a Academia do Cidadão Sénior de Macau, afiliada a uma instituição de ensino superior, são mais abrangentes, científicos e sistemáticos, e dão mais atenção à psicologia e ao aconselhamento de vida na velhice.

Portanto, uma vez que a população vai continuar a envelhecer, sugiro às autoridades para promoverem o desenvolvimento da educação para idosos e construir universidades para eles, com vista a proporcionar-lhes educação gratuita e permanente. Devem ainda organizar cursos sistemáticos que se adaptem às suas necessidades, nomeadamente, sobre a segurança na toma de medicamentos, a defesa do consumidor e a psicologia dos idosos, e reforçar as

funções ao nível do aconselhamento de vida na velhice e do apoio na reintegração social dos idosos, proporcionando-lhes, assim, oportunidades de aprendizagem permanente, apoiando-os na adaptação ao ambiente de vida em mudança constante, e alcançando os objectivos de cultivar a sua auto-estima e de ganhar o seu reconhecimento social.

## IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.06.2017

### **A superfície de aterro no “4.º espaço” deve suportar a meta da construção de Macau como um local com boas condições para habitação e viagem**

A natureza do problema de Macau é ter falta de terrenos e ser densamente povoado. A grave escassez de terrenos resulta em problemas cada vez mais graves, más condições habitacionais, insuficiência de instalações complementares sociais, falta de um recreio ao ar livre em muitas escolas, o que leva os alunos a não verem o céu azul, assim como em grande restrição no desenvolvimento da indústria diversificada e da plataforma entre a China e os Países Lusófonos.

A actual densidade populacional de Macau atinge 21 400 pessoas/ km<sup>2</sup> e a mais alta, na zona da Areia Preta e no Iao Hon, atinge 170 953 pessoas/km<sup>2</sup>. Quando olhamos para os bairros antigos, verifica-se que a distância entre os edifícios é muito reduzida, como uma floresta de cimento, e a concepção de haver alguns espaços entre os prédios parece não existir. Mais, é grave a falta de instalações complementares sociais e de espaços de verde. Apesar destas más condições habitacionais, a habitação é também inatingível, então, não podemos sequer pensar em boas condições para viver!

A questão habitacional decorrente da falta de terrenos já trouxe encargos muito pesados aos cidadãos, portanto, depois da recente recuperação por parte do Governo de alguns terrenos desaproveitados, a generalidade dos cidadãos espera que este, prioritariamente, os aproveite para a construção de habitação pública, por forma a resolver as necessidades prementes de habitação. Mas mesmo que todos esses terrenos se destinem a habitação pública, não se consegue resolver completamente a questão habitacional nem aperfeiçoar o ambiental habitacional, pois os efeitos a alcançar são limitados.

A mesma situação acontece com a economia. Devido à escassez de recursos de solos, a ambição de diversificação das indústrias não se vai concretizar. A construção de armazéns proposta pelo sector logístico não conseguiu ser concretizada durante vários anos, e o próprio sector até acabou por ser, discretamente, retirado da política de diversificação das indústrias. Quanto às indústrias culturais, muitas empresas estão espalhadas por edifícios industriais, não sendo, portanto, possível conseguir certa dimensão nem produzir efeitos de marcas. Pode dizer-se que, se se pretender dar certa dimensão ao centro de distribuição de produtos alimentares da plataforma de serviço comercial entre a China e os Países Lusófonos, isto também vai ser limitado devido à falta de terrenos

O Governo tem envidado esforços junto do Governo Central para conseguir

mais aterros marítimos para aumentar o espaço de desenvolvimento urbano de Macau. Porém, é limitada a área conquistada ao mar, o que não consegue satisfazer as necessidades de desenvolvimento urbanístico de longo prazo. O Governo propôs a criação de um “quarto espaço” onde será construído um “belo lar” para Macau. Para conseguir isso, até à década de 30 deste século, as autoridades propõem transformar Macau numa cidade de nível internacional e favorável para a habitação, trabalho, deslocações, turismo e recreação. Concordo totalmente com esse projecto, que exige a resolução a longo prazo do problema da falta de terras. É necessário encontrar uma forma de resolução completa e abrangente para esse problema, porque não se pode continuar com o modelo de procura de terrenos um por um.

Espero que as autoridades de Macau transmitam ao Governo Central a realidade objectiva dos graves conflitos relacionados com a habitação, as limitações ao desenvolvimento nesse sector, e a carência de terrenos para o seu desenvolvimento a longo prazo. O Governo deve esforçar-se por conquistar ao mar um terreno com mais de 30 quilómetros quadrados na área dos 85 quilómetros quadrados da jurisdição marítima de Macau, construindo nesse terreno um “quarto espaço” com a necessária dimensão para lançar as bases do desenvolvimento de longo prazo de Macau. Acredito que a população vai compreender e apoiar o Governo, se as autoridades procurarem, de forma pragmática, mais terrenos para ela, e transmitirem a situação real ao Governo Central.

## **IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.06.2017**

### **A candidatura à habitação pública deve ser regular**

Desde o retorno à mãe-pátria, “viver feliz e trabalhar com alegria” têm sido os objectivos das acções governativas. Mas “viver feliz” é algo que continua por concretizar. Antes de 2005, o preço por pé quadrado da habitação era cerca de mil patacas, entretanto, ao fim de mais de dez anos, aumentou mais de dez vezes, mas os salários não acompanharam este aumento. Muitos residentes das classes sociais mais baixas não têm alternativa senão candidatar-se à habitação pública, portanto, até muitos jovens que ainda não acabaram os cursos universitários já se candidataram à habitação económica. Esta luta dos residentes por uma habitação deixa-nos a suspirar.

A habitação pública é a mais procurada ao longo destes anos, mas o Governo só sabe falar, e as pessoas continuam a queixar-se da oferta, do ritmo de construção e da complexidade dos procedimentos de candidatura. Segundo o actual regime, é o Governo que decide sobre a abertura dos concursos à habitação pública, a população não tem escolha, e quanto à lista de espera, adopta-se o método de “sorteio seguido de eliminação”, portanto, quem não é sorteado é eliminado da lista. Como a procura é maior do que a oferta, os candidatos agregados familiares não nucleares só acompanham a corrida, e quando abre outro concurso voltam a candidatar-se, o que significa desperdício de recursos administrativos e cansaço físico e psicológico para os candidatos. A sociedade já se queixou disto e tem dúvidas da razoabilidade dos respectivos procedimentos.

A sociedade compreende que a construção de habitação pública envolve aspectos complexos, tais como terrenos, planeamento, procedimentos administrativos, etc. Devido às necessidades elevadas e à falta de recursos humanos, a referida construção não pode acontecer de um dia para o outro. No entanto, a existência de dificuldades não significa que não se possa fazer nada ou que possa não se fazer nada. A melhoria dos regimes é esperança da sociedade e está ao alcance das atribuições do Governo, e cada passo dado aumenta a confiança dos cidadãos. Quanto a falta de razoabilidade do concurso à habitação pública, o Chefe do Executivo respondeu, expressamente, na recente reunião plenária sobre as LAG, que ia ser aberto um novo concurso no seu mandato.

Pelo exposto, as reacções da sociedade são positivas, contudo, o mais importante é concretizar as promessas, avançar com um calendário e, ao mesmo tempo, acelerar a construção das habitações públicas, para que os agregados familiares consigam ter casa quanto antes. A longo prazo, sugiro que se acelerem os trabalhos de alteração dos diplomas relacionados com a habitação pública, no sentido de estabelecer um mecanismo regular, com vista a que os residentes

possam candidatar-se a qualquer momento, dissipando o receio de não conseguirem uma habitação. Isto só ia beneficiar a governação científica, pois o Governo pode ficar a saber, atempadamente, quais são as necessidades dos residentes. Em relação aos agregados familiares que reúnem os requisitos para a habitação social, devem receber, quanto antes, o respectivo subsídio do Governo, com vista a diminuir a pressão dos seus encargos financeiros com o arrendamento.

## **IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.06.2017**

De acordo com os dados do censo de 2011, 2% da população, isto é, 11 141 pessoas, são deficientes, um aumento de 0.3% em comparação com dados de há 5 anos, e 9,1%, isto é 59 383 pessoas, são idosos com 65 anos ou mais anos, prevendo-se uma aceleração do envelhecimento populacional nos próximos 10 anos. Pelo exposto, face a esta tendência, o ambiente livre de obstáculos vai ser uma exigência relevante. Sendo assim, há que resolver o problema e que acabar com as dificuldades no planeamento e na construção desse ambiente.

Como é do conhecimento geral, Macau é uma terra pequena com alta densidade populacional. E mais, por serem estreitas as vias e elevado o número de veículos, são enormes os transtornos para as deslocações dos residentes, especialmente para os deficientes e idosos. Desde há longa data que as instalações livres de obstáculos se focalizam na vertente do “ambiente físico”, sem grandes avanços nas vertentes das informações, intercâmbio e serviços. Hoje dispomos de passagens e instalações sem barreiras nas vias públicas e nos recintos públicos, mas ainda faltam pormenores e humanização, criando-se assim muitos obstáculos para as deslocações e para o dia-a-dia dos invisuais. Por exemplo, segundo estes, o som dos semáforos é baixo e, por força da Lei do Ruído, a partir das 8 horas da noite entram em modo nocturno, o que em nada os ajuda na travessia das vias. Por outro lado, existem muitos prédios antigos onde, devido à simplicidade da sua construção, não existem instalações de apoio para os deficientes e idosos, constituindo uma dificuldade para a sua movimentação. É esta a razão do trágico incidente de há dias, em que um deficiente, por descuido, caiu nas escadas e morreu.

Na verdade, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2006, é um diploma internacional do século XXI que visa a plena protecção dos portadores de deficiência. A Convenção entrou em vigor na República Popular da China em 2008, aplica-se à RAEM, e determina que os estados signatários devem adoptar medidas adequadas para garantir a acessibilidade e proporcionar a respectiva informação às pessoas com deficiência. Aliás, com o desenvolvimento da sociedade, a importância dum ambiente livre de obstáculos já é consenso da população, pois trata-se de uma necessidade no aperfeiçoamento das funcionalidades das cidades modernas, e também de uma garantia importante para os direitos e interesses dos grupos mais vulneráveis, como as pessoas com deficiência e os idosos. Portanto, venho instar o Governo a continuar a melhorar e aperfeiçoar as infra-estruturas livres de obstáculos, nos termos do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Estratégia Incheon, atendendo à realidade de Macau quanto aos serviços de reabilitação e à

vida das pessoas com deficiência, por forma a criar condições para minimizar os obstáculos na mobilidade, informação e comunicação. Além disso, o Governo deve continuar a aperfeiçoar a gestão e reforçar a manutenção regular das instalações livres de obstáculos, potenciando os seus efeitos. Ao mesmo tempo, proponho que o Governo proceda ao levantamento dos problemas de acessibilidade nos bairros antigos, investigando e estudando, por forma a promover a transformação dos espaços públicos dos bairros e edifícios antigos num ambiente sem obstáculos, e a concretizar a acessibilidade nos bairros antigos. Mais, o Governo tem de avaliar e aperfeiçoar a Lei n.º 9/83/M, “Supressão de barreiras arquitectónicas”, seguindo os critérios internacionais e as necessidades locais. Deve também acelerar a elaboração das “Normas para a concepção de design universal e livre de barreiras em Macau”. Deve ainda integrar a criação dum ambiente livre de obstáculos na construção duma cidade inteligente, promovendo a plena construção duma cidade sem obstáculos, a qual se pauta pela ideia de “melhor servir o público” no desenvolvimento das cidades, com o objectivo de promover a harmonia e a coesão social.

## IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 11.05.2017

### **Acelerar o processo legislativo para concretizar a licença de paternidade**

Na sessão de perguntas e respostas nesta Assembleia, em finais do ano passado, o Secretário para a Economia e Finanças afirmou que ia dar prioridade ao acompanhamento das 7 matérias regulamentadas pela Lei das relações de trabalho, que, segundo as previsões, a proposta de lei ia estar concluída em 2017, e prometeu que “havia um prazo para a sua implementação ordenada”. Mas já se passou meio ano e ainda não há calendário. E o Secretário limitou-se a afirmar que ia ser realizada, neste ano, a devida consulta pública. Como a eventual regulamentação da licença de paternidade, fortemente exigida pela população, faz parte dessa consulta pública, certamente, o trabalho legislativo vai ser adiado. A sociedade questiona o seguinte: então, como é que o Governo vai honrar o compromisso de “ter um prazo para a sua implementação ordenada”?

De facto, tendo em conta que, nos últimos anos, o Governo tem apoiado e promovido políticas favoráveis à família, a licença de paternidade pode incentivar uma maior participação do pai e equilibrar as responsabilidades entre homens e mulheres nos assuntos familiares. Mais, pode também promover relações de trabalho harmoniosas e aumentar o sentimento de pertença à empresa dos trabalhadores masculinos, beneficiando-se ambas as partes, patronal e laboral. O Governo, numa perspectiva de longo prazo, tem promovido nascimentos saudáveis e o aumento da taxa de natalidade. Tomando como referência a prática das regiões vizinhas, a licença de paternidade é, precisamente, uma política que incentiva a procriação. Por exemplo, em Singapura, a licença de paternidade está entre as políticas e medidas destinadas ao incentivo da procriação, beneficiando o aumento da vontade de procriar e contribuindo para o aumento da harmonia familiar e para a melhoria da relação entre pais e filhos.

Segundo o Governo, as sete matérias que vão ser revistas prioritariamente na Lei das Relações de Trabalho já foram entregues à Concertação Social, e prevê-se que a respectiva consulta pública aconteça este ano. Só que a licença de paternidade é matéria consensual na sociedade. Segundo inquéritos anteriores, cerca de 98% dos cidadãos apoiam a implementação de cinco dias remunerados de licença de paternidade, e também o Chefe do Executivo manifestou, no início do ano passado, o seu apoio a esta licença, tendo apelado à sociedade para apoiar a sua implementação rápida. Assim, se este assunto, que já é consensual, for novamente sujeito a um processo de discussão e consulta que leva tempo, nem a discussão nem a produção legislativa vão ter fim. Além disso, existem na sociedade várias opiniões sobre algumas das matérias que vão ser revistas, por isso, a revisão em pacote de várias matérias vai, necessariamente, resultar em arrastamento do processo legislativo.

Assim, proponho novamente ao Governo o seguinte: se houver necessidade de tratar os referidos 7 assuntos em conjunto, há que acelerar o processo de consulta e os trabalhos legislativos preparatórios, e que definir expressamente um prazo para a conclusão da discussão, da consulta e da compilação dos resultados, e para a respectiva implementação. A consulta e os procedimentos administrativos não devem atrasar a legislação sobre a licença de paternidade, se for necessário, pode avançar-se com a legislação parcial ou por uma iniciativa do Governo, de modo a concluir a discussão da licença de paternidade remunerada e a que esta seja revista e implementada, a fim de demonstrar a determinação do Governo em apoiar as políticas favoráveis às famílias e em promover as políticas de incentivo à procriação.

## **IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 16.06.2017**

O problema do trânsito é uma acção prioritária, mas também um ponto difícil das acções governativas. O Governo tem promovido a “primazia dos transportes públicos”, o “controlo do número de veículos”, o “melhoramento da rede viária”, as “deslocações pedonais”, etc., e tem vindo a reforçar estudos estratégicos, desejando, através de medidas complexas de ajustamento e de controlo, elevar a segurança do trânsito rodoviário e otimizar o trânsito de Macau.

Para concretizar gradualmente a política de controlo do número de veículos, o Governo lançou, recentemente, um conjunto de medidas, tais como, a implementação, no dia 13 de Junho, do regulamento sobre os capacetes para condutores e passageiros de ciclomotores e motociclos; o encurtamento da periodicidade da inspecção obrigatória dos automóveis ligeiros e motociclos para dois anos, que entra em vigor no próximo dia 1 de Julho; a actualização das tarifas dos lugares com parquímetros, a implementar totalmente até Março do próximo ano, etc. O Governo tem contribuído para melhorar a questão do trânsito, implementando um conjunto de medidas ligadas aos interesses dos cidadãos. Se essas medidas forem lançadas antes de se ter tudo planeado, os cidadãos vão ter reacções contrárias e a sociedade, comportamentos negativos, o que em nada contribui para as acções governativas nem para a implementação sem sobressaltos das medidas.

Assim, propõe-se ao Governo para, aquando do lançamento das diversas medidas, evitar lançá-las de forma dispersa; efectuar de forma ordenada e sistemática os seus planos gerais; lançar gradualmente as medidas de forma sistemática e coerente; e transmitir atempadamente o ponto de situação das medidas aos cidadãos, em conjugação com os trabalhos de divulgação dos média, em prol do elevar do grau de transparência das informações e do exercício do direito à informação do público, porque só assim é que se consegue realmente elevar a eficácia e eficiência da execução das acções governativas, criar um efeito positivo na sociedade e ainda tornar mais pragmáticas as políticas lançadas pelo Governo.

## **IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 16.06.2017**

Segundo uma notícia recente, “um aluno do ensino básico com 14 anos, decidiu suicidar-se, atirando-se ao mar para assim acabar com a vida, e deixou uma carta onde dizia: “a vida é monótona”. Esta expressão pode ter várias interpretações, ou estava farto da vida ou qualquer outra coisa, deixando as pessoas tristes (...) segundo a Polícia e os seus familiares, o rapaz era um apaixonado dos jogos online, o que resultou no seu enfraquecimento físico. Teve mesmo convulsões e foi parar ao hospital. E como o jogo afectou os seus estudos, acabou por desistir da escola (...) segundo o sector educativo, se os trabalhos de aconselhamento forem bem-feitos, ao nível escolar e não-escolar, é possível evitar tragédias. Sempre ouvimos dizer que uma boa educação familiar é decisiva para o desenvolvimento saudável dos jovens”.

Com o acelerado desenvolvimento socioeconómico de Macau, os adolescentes têm cada vez mais contacto com coisas novas, por isso, as razões que levaram ao referido suicídio podem ser várias, no entanto, a educação está sempre presente. Segundo os especialistas e académicos da obra Sociologia, “a educação já é o meio inicial e último do regime. As responsabilidades que esta assume são mais amplas do que as suas missões de transmitir conhecimentos e cultura social. Hoje em dia, para além destas funções básicas, são ainda atribuídas novas missões sociais às escolas, que servem de sala de espera para os jovens que não sabem qual é o seu papel nesta economia. Os novos programas abordam vários problemas sociais que actualmente se fazem sentir, tais como o alcoolismo e consumo de drogas, gravidez na adolescência, alastramento da SIDA, abandono escolar precoce, suicídio dos adolescentes, etc.” Por isso, as escolas, para além de passarem conhecimentos culturais, devem estar atentas aos problemas dos alunos ao nível das condutas, da saúde psicológica, das emoções, etc., e, quando se verificam situações anormais nas condutas e emoções, devem entrar, de imediato, em contacto com os encarregados de educação, no sentido de prestarem, em conjunto, atenção ao desenvolvimento físico e psicológico dos adolescentes, dando-lhes orientações correctas ao longo do seu crescimento e apoiando as novas gerações a criarem *modus vivendi* baseados em conceitos e valores científicos, razoáveis e correctos.

Já antes desta ocorrência, mais precisamente em 16 de Março e em 3 de Maio de 2016, apresentei interpelações escritas sobre a prevenção do suicídio e sugeri a criação de mecanismos preventivos. Em resposta, o Governo afirma que vai “criar activamente, tendo como referência as experiências da Pátria, um mecanismo de prevenção de três níveis, bem como melhorar as competências do grupo de auxiliares e assistentes sociais. No ano lectivo de 2015/2016, existiam 225 assistentes sociais destacados nas diversas escolas, mais 11 do que no ano lectivo de 2014/2015, um ratio assistente social/aluno de 365:1, uma situação muito melhor do que as de Hong Kong e Taiwan.” O Governo afirma que o actual

mecanismo é eficaz para a prevenção do suicídio entre os jovens, então, como é que um jovem aluno do ensino básico se suicidou, atirando-se ao mar? O Governo não terá de rever o actual mecanismo para detectar eventuais falhas? E para aferir da sua eficácia na prevenção das tendências de suicídio entre os jovens e alunos? Tudo isto para evitar que situações semelhantes se repitam e para criar um ambiente com condições para o crescimento saudável das novas gerações.

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.06.2017

Os funcionários públicos são recursos preciosos do Governo, pois promovem o desenvolvimento social de Macau e são os pilares que garantem o funcionamento estável dos serviços públicos. A sociedade é de opinião que se deve disponibilizar aos funcionários públicos mais garantias de reforma, e mais justas, devido ao seu contributo. Muitos deles, das camadas mais baixas, referiram que já estavam a trabalhar para o Governo antes do Retorno, através de contratos de assalariamento. Em 2006, o Governo promoveu o regime de previdência para os funcionários públicos, ficando eles a gozar das mesmas garantias dos funcionários do quadro, mas estes funcionários já estão quase na idade da reforma e descobriram que, afinal, só podem obter 10 anos de contribuições do regime de previdência, isto é, desde 2007. Mais, o seu índice salarial é apenas de 190 pontos, por isso o valor com que contribuíram é muito pouco e não será possível disporem de uma vida razoável após a reforma. Para além disso, vão ainda ficar sem o valor dos prémios de antiguidade, e do subsídio de residência e de família, que obtinham quando estavam no activo. Isso irá agravar ainda mais a sua situação.

Esses trabalhadores da classe baixa foram, assim, afastados sob o velho regime e, devido ao tratamento desigual dado pela lei do regime de aposentação e sobrevivência, tornaram-se num grupo posto de lado, até sair o novo regime, quando o Governo decidiu resolver a sua situação conjuntamente com a dos novos trabalhadores, mas sem incluir os vinte ou trinta anos de serviço prestados anteriormente. Os trabalhadores sob o regime antigo não só recebem pensão, após aposentação, mas ainda prémios de antiguidade, e subsídios de residência e de família, enquanto sob o novo regime não só perdem pensão, mas ainda todos os outros prémios e subsídios. Não percebem porque é que, depois de trabalharem dezenas de anos para o Governo, este os abandona e os deixa sem uma garantia mínima de subsistência pós-aposentação. O que eles esperam é que o Governo mantenha, após a aposentação, os prémios de antiguidade, o subsídio de residência e o subsídio de família, o que não é demais.

Em resposta à minha recente interpelação escrita, o Governo refere que: *“(…) caso se permita também aos contribuintes do Regime de Providência o direito ao prémio de antiguidade, ao subsídio de residência e ao subsídio de família após a reforma, contraria a natureza e o princípio da criação do Regime de Providência, podendo alterar radicalmente esse regime.(…)”*, no entanto, segundo a nota justificativa da proposta de lei de 2006, intitulada “Regime de Providência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos”, a intenção original legislativa consiste em criar um novo regime de aposentação para os trabalhadores da função pública, em substituição do então regime de aposentação e sobrevivência<sup>1</sup>. Por outras palavras, o regime de previdência veio apenas substituir o regime de aposentação

---

<sup>1</sup> Proposta de lei intitulada “Regime de Providência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos”

e sobrevivência, portanto, os benefícios, subsídios, incluindo o prémio de antiguidade, subsídio de residência e subsídio de família não devem ser cancelados pelo regime de previdência, senão, como é que se explica que os referidos trabalhadores em efectividade, apesar de não serem subscritores do regime de aposentação e sobrevivência, podem continuar a usufruir, segundo o regime de previdência, do prémio de tempo de contribuição, e dos subsídios de residência e de família?

Convém frisar que o Governo já tomou atenção às dificuldades de sobrevivência dos funcionários de categoria baixa depois da aposentação, e está a estudar o tipo de medidas a adoptar para lhes conceder apoio. Na realidade, para se manter a atribuição do prémio de contribuição, e dos subsídios de residência e de família, implica apenas o gasto de determinada quantia de erário público, mas isto pode surtir o efeito de “dar carvão quente a alguém na neve”. Eu apelo mais uma vez ao Governo para acelerar os estudos, para que os funcionários que trabalharam muitos anos possam obter garantias na terceira idade.

## **IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 16.06.2017**

Há cidadãos que se queixam de que os motoristas param nas ruas com o motor dos veículos ligado. Na realidade, não existe qualquer medida concreta, por exemplo, legislação, que obrigue os donos dos veículos a desligarem o respectivo motor. Noutros locais do mundo já existe este tipo de legislação, ao passo que em Macau não se constata qualquer trabalho legislativo sobre este assunto. O Governo, por um lado, defende deslocações “verdes”, mas, por outro, reforça o controlo do número de veículos, ajusta violentamente o valor das multas e obriga os condutores dos motociclos a substituírem os seus capacetes, mas porque é que nunca optou por legislar sobre esta matéria? Em Macau, muitos condutores param os seus veículos com o motor ligado para terem ar condicionado, emitindo gases de escape, e muitos peões têm de tapar o nariz e a boca por causa deste comportamento egoísta. Trata-se duma situação que ocorre com alguma frequência à porta das escolas, em algumas paragens de autocarros e em vias com linhas amarelas contínuas. Porque é que o Governo não exerce fiscalização e controlo? Mais, porque é que não cria legislação sobre isto? Vamos voltar a entrar no Verão, e creio que muitos condutores vão deixar o carro a trabalhar quando param nas ruas, para manter ligado o ar condicionado.

Eu interpelei várias vezes para saber que tipo de medidas é que o Governo vai adoptar para consciencializar os cidadãos sobre a necessidade de desligarem o motor dos veículos. A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), numa resposta dada, afirmou que ia recorrer a diferentes plataformas e programas de televisão para incentivar os residentes a escolher meios de deslocação e modos de condução amigos do ambiente, e que ia divulgar “cinco medidas amigas do ambiente”. As referidas soluções só podem ser consideradas, em termos formais, como regras para sensibilizar. Como não existem dados para sustentar os efeitos dessas soluções, gostaria de perguntar ao Governo o seguinte: quando é que vai dar acompanhamento ao assunto e legislar sobre esta matéria?

## **IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 16.06.2017**

“Uma faixa, uma rota” é uma estratégia muito importante do país. No decurso da participação proactiva e da implementação das respectivas políticas, Macau pode pensar na definição de políticas, conjugando-as com o seu papel de plataforma de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP), com vista a incentivar os dirigentes e os residentes em geral a participarem no assunto.

Assim sendo, apresento algumas sugestões. O Governo pode assumir o papel de pioneiro, podendo pensar na criação de alguns fundos de desenvolvimento para projectos especiais, com vista a atrair capitais de alguns países e empresas privadas de língua portuguesa (PLP), bem como a participação de empresas financeiras. É possível, através do recurso a este tipo de fundo, impulsionar o desenvolvimento de actividades comerciais no âmbito da iniciativa “uma faixa, uma rota”. Este tipo de fundo tem o seguinte papel e as seguintes vantagens:

1. Apoiar principalmente os projectos comerciais de pequena dimensão. Na iniciativa estatal “uma faixa, uma rota”, também foram criados fundos de desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infra-estruturas, entre outras entidades, para apoiar, principalmente, grandes projectos e investimentos. Porém, só as grandes empresas estatais ou privadas são capazes de assumir tais projectos, portanto as PME não têm possibilidade de participar. Assim, o Governo de Macau pode promover a criação de fundos de desenvolvimento para as PME, apoiando-as na exploração de actividades comerciais nos países participantes na “faixa” e na “rota”, sobretudo os países do sudeste asiático onde a população chinesa é vasta.

2. É necessário financiar, a custo relativamente baixo, e autorizar rapidamente os respectivos pedidos, para satisfazer as necessidades de capital das empresas. Por exemplo, no âmbito do comércio transnacional, é necessário proporcionar às PME capital suficiente para a compra e venda de mercadorias de custo elevado, com vista a promover o aumento do volume de comércio;

3. Pode recorrer-se a este tipo de fundos para o arranque do desenvolvimento financeiro característico de Macau. O investimento de algum capital por parte do Governo contribui para atrair a participação de outros investidores.

4. Os principais alvos de investimento destes fundos são os países participantes na iniciativa “uma faixa, uma rota” e os países lusófonos. O rumo é claro e contribui para incentivar as empresas a fazer negócios no exterior e a expandir o seu espaço de desenvolvimento.

Pelo exposto, espero que o Governo proceda aos devidos estudos e discussões, e que defina políticas que permitam que Macau apanhe a boleia da estratégia do desenvolvimento nacional.

## **IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.06.2017**

Com a pressa do Governo em concluir a construção de 19 mil habitações públicas e com os novos megaprojectos lançados pelas seis concessionárias do jogo, o número de trabalhadores não residentes no sector da construção civil disparou exponencialmente no passado. E quando o sector se encontrava em franco desenvolvimento, os operários locais enfrentavam falta de trabalho, devido ao abuso na importação de mão-de-obra. Segundo os residentes do sector da construção civil, o número de trabalhadores não residentes baixou ultimamente, por serem menos os estaleiros de obras para a construção de habitação pública, que podem contar-se pelos dedos, e também porque os megaprojectos das concessionárias do jogo ou já estão concluídos ou estão prestes a ser concluídos, mas o certo é que, por falta de controlo do número de trabalhadores não residentes, é cada vez mais difícil para os residentes assegurarem o pão de cada dia. Mais concretamente, segundo o que nos é dado observar, a quota de trabalhadores não residentes desses grandes estaleiros sofreu, pelos motivos referidos, uma redução, só que assim que acabam as obras num dos estaleiros, os trabalhadores passam imediatamente para outros estaleiros, como aliás é costume das empresas que asseguram obras de interiores e que detêm quotas de trabalhadores não residentes. Isto leva a que, mais uma vez, devido aos abusos na importação de mão-de-obra, as oportunidades de emprego dos locais sejam arrebatadas pelos não residentes, causando-lhes problemas de subsistência. Alguns esforçam-se por mudar de profissão, para motoristas, operários nas obras de interiores ou para seguranças na área da administração de edifícios, só que a situação com que se deparam é a mesma, porque muitas dessas profissões estão a ser exercidas por trabalhadores não residentes.

Portanto, o Governo deve reduzir o número de trabalhadores não residentes nos estaleiros de obras designados, devido à conclusão das obras de alguns megaprojectos, e também nas obras de interiores. As obras nos grandes estaleiros de obras vão-se concluindo, umas a seguir às outras, portanto, alguns dos trabalhadores locais vêm-se perante a necessidade de mudar de emprego, para reforçar os recursos humanos nos sectores dos transportes, obras de interiores e segurança dos edifícios. Atendendo a que a importação de trabalhadores visa suprir a falta de recursos humanos locais, para além de insistir na não importação de motoristas, o Governo deve adoptar medidas para reduzir o número de trabalhadores não residentes noutros sectores.

## **IAOD do Deputado Au Kam San em 16.06.2017**

### **Permitir aos residentes de Macau terem uma casa em Macau A questão habitacional é uma questão de aquisição de imóvel**

Quanto à questão de habitação pública, há quem afirme que, em vez de ajudar os residentes a adquirir uma casa, a RAEM deve apenas ajudá-los a resolver a questão habitacional. Com efeito, a questão de habitação é diferente da de aquisição de imóvel, mas em Macau estas duas questões estão quase unidas numa só. Porquê?

As pessoas da velha geração dizem sempre que, quando eram jovens, viviam com os pais, e só depois do casamento é que arrendavam uma habitação. Decorridos alguns anos, quando conseguiam algumas poupanças, é que começavam a pensar na aquisição de uma casa. Isto é diferente da situação actual dos jovens, que estão sempre a pensar em comprar casa, sem ponderar a própria capacidade financeira. Talvez se possa dizer que os jovens têm ambições elevadas, mas pode pensar-se que eles querem fazer planos para o seu futuro. De facto, o pressuposto para ter um lar em Macau é adquirir um imóvel, senão, mesmo que se tenha um lar, continua-se a viver desagradavelmente.

Há mais de 10 anos, a maioria das pessoas arrendava casas para viver durante 8 a 10 anos, e algumas até arrendavam por 20 ou 30, porque nessa altura as pessoas compravam casas para investimento e não para especular, e as rendas eram uma fonte de rendimento. Assim, quando encontrava um bom inquilino, isto é, aquele que pagava a tempo e horas, o proprietário estava disposto a continuar a arrendar-lhe a casa e só aumentava o valor da renda uma vez no intervalo de 1 ou 2 anos, e de forma razoável, para que o inquilino continuasse na casa. A renda recebida era uma fonte de rendimento estável e permanente para o proprietário. Este tipo de relação tanto é benéfico para o proprietário como para o inquilino. Mas hoje em dia está tudo diferente e, para além do aumento anual do valor das rendas, os inquilinos são ainda despejados no fim do contrato de arrendamento, sendo muito normal terem de mudar de casa 3 vezes em 5 anos. Neste tipo de ambiente de arrendamento, como é que pode haver estabilidade ao nível habitacional? Assim, hoje em dia, para as pessoas disporem desta estabilidade, têm de adquirir a sua própria casa. Só que as pessoas que já têm uma vida confortável não percebem isto.

Quem arrenda uma fracção privada sujeita-se a despejo forçado, quando o proprietário aumenta a renda. O Governo pode construir muitas habitações sociais para arrendar durante um longo período de tempo pelos interessados com as condições necessárias e, assim, já não se preocupam com o despejo. Mas é necessário dizer que as habitações sociais diferem das económicas porque resultam em prejuízo. Com um mesmo montante para ser aplicado em habitações

públicas, o investimento em habitações económicas é recuperado na venda das fracções mas, no caso das habitações sociais, nem meio avo se recebe em troca. Mais, nas sociais, é o Governo que suporta todas as despesas do condomínio, de manutenção do edifício, de electricidade e água das partes comuns, e de manutenção e reparação dos elevadores. As rendas recebidas não chegam para essas despesas. Por isso, apenas um pequeno número de famílias que, de facto, têm dificuldades económicas podem estar instaladas em habitações sociais para evitar que alguém fique sem abrigo por carência económica. Trata-se de uma política correcta. Entretanto, se os requisitos para uma habitação social forem menos exigentes, mais pessoas vão conseguir habitar nelas, mas, por outro, lado, será um encargo muito pesado para o Governo. Por isso, há opiniões que sugerem requisitos menos exigentes para a habitação social, para que uma parte dos interessados com capacidade para a compra de habitação económica possa arrendar uma. Essas opiniões não têm outra finalidade, pois, se alguém tiver outra interpretação, é porque deve ter problemas de entendimento. Por exemplo, em Singapura, país com uma política ambiciosa em habitação, as fracções em condomínio proporcionadas à população equiparam-se às habitações económicas de Macau, e não às sociais. A razão é porque, em Singapura, as pessoas percebem que isto é um encargo enorme. Acreditam que as sugestões dos nossos conselheiros são mais inteligentes do que as de Lee Kuan Yew?

Por fim, o sentimento de pertença ao país do povo de Singapura é a razão pela qual o seu país, cuja área é pequena, isto é, centenas de km<sup>2</sup>, consegue, após a independência, estar erguido, mesmo sob espreita dos vizinhos fortes, e a essência disto está na política de habitação pública. Após a fundação, Singapura avançou com a construção significativa de habitações públicas para os seus nacionais adquirirem (duas vezes a cada um durante a sua vida). Com a aquisição duma propriedade, há então lar e raízes. Assim, mesmo que os nacionais trabalhem noutros países, continuam a sentir que a sua casa fica em Singapura, o que é uma força de coesão do país. Macau, que é pequeno, conseguiu, com o aproveitamento nos últimos anos, aliás, mais de dez anos, da liberalização do jogo e da política de abertura de viagens individuais do Interior da China, criar um milagre económico e abundantes oportunidades de emprego, portanto, há mais residentes a entrar do que a sair. Porém, se houver inversão da economia, com dificuldades em ganhar a vida, os jovens teriam de ir para fora para encontrar saídas e, assim, Macau caminharia para a decadência. Mas, se os jovens conseguirem, no âmbito duma adequada política de habitação económica, adquirir uma propriedade, ou seja, criar o seu lar e raízes, então, independentemente do local para onde “voam”, a casa permanece em Macau. Esta força de coesão e o sentimento de pertença a Macau seriam a força motriz e as garantias para o seu desenvolvimento sustentável. Por isso, para ajudar a gente de Macau, sobretudo os jovens, a resolver os problemas habitacionais, o Governo da RAEM deve, com todo o fundamento, definir como meio principal o apoio para comprar casa, para que o lar deles seja sempre em Macau.

## **IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 16.06.2017**

### **A avaliação do desempenho não pode ser uma falsidade**

Macau é pequena, mas a crescente grandeza da equipa de funcionários públicos dá azo a despesas espantosas. Por um lado, a expansão da estrutura administrativa, o excesso de pessoal e a baixa eficácia têm sido alvo de crítica social. Por outro, mais de 90 por cento dos funcionários públicos são avaliados satisfatoriamente pelos seus superiores, sendo assim os melhores dos melhores. A razão principal desta divergência é: o actual regime de avaliação do desempenho continua a aplicar o modelo de “auto-avaliação”, isto é, são os superiores que avaliam os subordinados, sem a intervenção de uma terceira parte. O mau resultado é que isto facilmente dá azo a falsidade.

Há dias, numa reunião da Assembleia Legislativa, a Secretária para a Administração e Justiça revelou o seguinte: quanto aos resultados da avaliação do desempenho do pessoal de chefia em 2016, menos de 1 por cento dos dirigentes obteve a menção de “merecer aperfeiçoamento”, nas áreas dos “objectivos atingidos”, “competência de direcção e gestão” e “moral e responsabilização”. A avaliação do desempenho dos funcionários públicos em geral abrange diversas áreas, incluindo “eficácia”, “sentido de responsabilidade”, “adaptação e flexibilidade”, e “trabalho em equipa”. Tendo em conta que são os superiores que avaliam os subordinados, trata-se isto de uma esfera de “auto-avaliação”, por isso, ao longo dos anos, é elevada a taxa de satisfação da avaliação. A par disso, são muito menos as menções de “satisfaz”, “satisfaz pouco” e “merecer aperfeiçoamento”. Se os dirigentes e os seus subordinados são excelentes, porque é que se registam tantos problemas na Função Pública?

Quando a avaliação é feita pelo superior da mesma área ou do mesmo serviço e com falta de supervisão, sem ninguém saber o que se passa lá dentro, incluindo, provavelmente, o superior do notador, ou seja, apenas “o notador e o notado” estão a par do assunto, esse tipo de “auto-avaliação” não passa de mera formalidade, que só contribui para a formação de “mentiras”, resultando daí em “proteccionismo entre os chefes e dirigentes, nepotismo e aparecimento da cultura de dar graxa”.

Sendo da mesma área, se o secretário der uma avaliação insatisfatória ao director e, sendo do mesmo serviço, se o director disser que o chefe de departamento não é competente e o chefe de departamento entender que o chefe de divisão não serve, então, todos vão perder “a face”. De entre os dirigentes e chefias, afinal quantos não se importam de perder a face? Por isso, não é difícil compreender o porquê do proteccionismo entre essas entidades.

Ao avaliar os “gatos-pingados”, os chefes de divisão temem conflitos, uma vez que se vêem todos os dias, e só dão “não satisfaz” quando está mesmo envolvido

rancor pessoal ou outra razão especial. Os funcionários públicos de base, por sua vez, se têm “não satisfaz” na avaliação, enfrentam um processo de investigação, logo, para manter o ganha-pão, têm de aceitar, apesar do ressentimento, o nepotismo, a cultura graxista e o compadrio.

O regime de avaliação dos funcionários públicos remonta a 1989, e as alterações introduzidas em 2004 não conseguiram colmatar as lacunas principais. Assim, é sempre uma “auto-avaliação” dentro da mesma área e do mesmo departamento. O director fulano avalia o técnico beltrano, e o resultado fica “entre nós”. Na opinião de muitos funcionários públicos de base, esta avaliação do tipo “pais a corrigir o exame do próprio filho” encobre a verdade e permite fazer muitos “retoques”. Proponho que se adopte o modelo de fiscalização vertical. Deve-se divulgar no departamento os resultados da avaliação para os colegas contribuírem com opiniões, diminuindo a falsificação. Além disso, deve ser introduzida a avaliação horizontal por entidade terceira, reforçando a fiscalização externa. Mais, deve-se tentar resolver o problema pela raiz, fazendo revisão legislativa para criar um regime mais transparente e eficaz. Caso contrário, na reforma da administração pública, o chamado “programa”, a “racionalização de quadros e simplificação administrativa” e a “reestruturação” só podem ser retórica em vão e permanecer “inalterados durante 50 anos”.

## IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 16.06.2017

Em Macau só existe uma fonte única de importação de produtos como os géneros alimentícios, alimentos vivos e frescos, combustíveis e gás de petróleo liquefeito, etc., portanto, é grande a diferença de preços em Macau e nas regiões vizinhas. As PME também enfrentam dificuldades de exploração devido aos elevados preços das rendas, matérias-primas alimentares e combustíveis, portanto, acabam por transferir esses custos elevados para os consumidores e os preços continuam elevados, situação que aumenta constantemente a pressão no dia-a-dia dos cidadãos. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, em 2016, a taxa de inflação foi de 2,37 por cento, e de entre os diversos itens, o que representa maior peso nas despesas das famílias é a alimentação e bebidas não alcoólicas, que cresceu 1,85 por cento face ao ano passado. De facto, já se ouve falar do monopólio do mercado há vários anos, mas o Governo nunca o resolveu eficazmente. Em 2012, com vista a estabilizar os preços dos alimentos, o Governo criou um grupo de trabalho interserviços para os preços dos alimentos, para estudar de forma aprofundada os eventuais problemas decorrentes da importação, da venda por grosso e a retalho dos alimentos, e emitir sugestões para combater e lidar com as diversas situações irrazoáveis. Porém, ao longo destes anos não se viu qualquer eficácia, nem se alcançou qualquer estabilidade dos preços dos alimentos.

Devido aos limites, quer na dimensão quer do *hardware*, do mercado abastecedor, não é fácil introduzir novos competidores. Os cidadãos esperam que o novo mercado possa ser uma nova perspectiva para a importação dos produtos alimentícios. Segundo recentes afirmações do Governo, este está a tentar concluir a mudança para o novo mercado em Setembro. O Governo deve, com a construção do mercado, resolver o monopólio, que se arrasta há muitos anos, introduzir mais operadores, aumentar as fontes dos produtos importados e promover a concorrência justa, com vista a estabilizar os preços e o abastecimento no mercado alimentar, manter os preços em níveis razoáveis e assegurar a qualidade de vida dos cidadãos.

Sugiro ao Governo que aperfeiçoe rapidamente a legislação, as políticas e a supervisão, que reveja e reforce os efeitos do grupo de trabalho interdepartamental para os preços dos produtos alimentares, que acabe com o monopólio do mercado e com o problema dos abastecedores únicos de serviços públicos, combustíveis e alimentos, que reforce a supervisão às concessionárias de transportes públicos, telecomunicações, água e electricidade, para que essas possam investir mais recursos conforme as necessidades, que reveja os contratos de concessão e os tarifários e, ainda, que introduza a concorrência e agrave as sanções, com vista a melhorar a qualidade dos serviços e a garantir os direitos e interesses dos consumidores.